

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DA SAÚDE
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Guilherme Cândido Serra

**VISITA DOMICILIAR: INSTRUMENTAL TÉCNICO-OPERATIVO
PARA A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL**

Goiânia

2021

Guilherme Cândido Serra

**VISITA DOMICILIAR: INSTRUMENTAL TÉCNICO-OPERATIVO
PARA A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL**

Monografia apresentada ao curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social sob a orientação da Prof.^a M.^e Danielli da Silva Borges Reis.

Goiânia

2021

Guilherme Cândido Serra

**VISITA DOMICILIAR: UM INSTRUMENTAL TÉCNICO-OPERATIVO
FUNDAMENTAL PARA A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL**

Monografia defendida no curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.
Aprovada em 13 de dezembro de 2021 pela seguinte Banca Examinadora:

Prof.^a M.^e Danielli da Silva Borges Reis
PUC Goiás
(Presidente)

Prof.^a Dra. Sandra de Faria
PUC Goiás
(Membro)

Prof.^a Dra. Margot Riemann Costa e Silva
PUC Goiás
(Membro)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, à Deus, que fez com que meus objetivos fossem alcançados, durante todos os meus anos de estudos.

A Deus, por ter permitido que eu tivesse saúde e determinação para não desanimar durante a realização deste trabalho.

A Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

Em especial a minha vó, por nunca terem medido esforços para me proporcionar um ensino de qualidade durante todo o meu período escolar.

Aos amigos/familiares, por todo o apoio e pela ajuda, que muito contribuíram para a realização deste trabalho.

A minha mãe e irmã que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Aos amigos, que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho.

A minha orientadora Danielli, por ter desempenhado tal função com dedicação e amizade.

Aos professores, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso.

Aos professores, por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram o meu aprendizado.

A todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho.

A todos que participaram, direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizado.

Às pessoas com quem convivi ao longo desses anos de curso, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica.

Aos meus colegas de curso, com quem convivi intensamente durante os últimos anos, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como formando.

Aos meus colegas de turma, por compartilharem comigo tantos momentos de descobertas e aprendizado e por todo o companheirismo ao longo deste percurso.

A todos os alunos da minha turma, pelo ambiente amistoso no qual convivemos e solidificamos os nossos conhecimentos, o que foi fundamental na elaboração deste trabalho de conclusão de curso.

RESUMO

A presente monografia tem por objetivo refletir sobre a visita domiciliar como instrumental técnico-operativo dos assistentes sociais. O tema da monografia resulta das reflexões e questionamentos formulados durante o estágio supervisionado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social – SMDHS, situado, na cidade de Goiânia, estado de Goiás. Pretende-se demonstrar a importância da visita domiciliar para ampliar o acesso dos usuários de seus direitos, precisa de ter fundamentos teórico-metodológicos e ético-político, em todo o processo, antes, durante e após as visitas. Discutir o encaminhamento das visitas domiciliares muitas vezes realizadas de modo tecnicistas, não alcançando a eficiência necessária para subsidiar com informações fidedignas o conhecimento da realidade do usuário e a elaboração de pareceres sociais.

Palavras-chave: Serviço Social. Ética. Trabalho. Visita Domiciliar.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 Fundamentos do Serviço Social: história, valores, princípios e instrumentais técnico-operativos	8
2.1 <i>A gênese do Serviço Social e a prática indiferenciada: substratos do Movimento de Reconceituação</i>	8
2.3 <i>A Questão Social e sua relação com o Serviço Social</i>	19
2.4 <i>O Serviço Social como profissão na divisão sociotécnica do trabalho, os instrumentais técnico-operativo e as entidades ABEPSS e o conjunto CEFESS-CRESS</i>	21
3 Visita domiciliar e Serviço Social	28
3.1 <i>Reflexões sobre o fazer profissional com base nos Parâmetros de Atuação do Assistente Social nos espaços sócio-ocupacionais e a visita domiciliar como instrumental técnico-operativo interventivo</i>	28
3.2 <i>Reflexões em torno da visita domiciliar observada em campo de estágio</i>	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico analisar a visita domiciliar como instrumental técnico-operativo fundamental na intervenção o do trabalho do(a) assistente social na efetivação dos direitos dos usuários no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS – Leste) em Goiânia. Durante as atividades de estágio curricular obrigatório no curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás durante o segundo semestre de 2020, no CREAS na região leste, localizado no bairro Novo Mundo na cidade de Goiânia, onde possuem 5 assistentes sociais, inquietou-se com a forma como a visita domiciliar era realizada e sua relação com o desvelamento da realidade e viabilização de direitos do usuário. Vale reforçar que a visita domiciliar não é apenas singular, mas precisa de outros instrumentais como a entrevista e a observação, bem como do estudo social, com o qual se faz um estudo aprofundado da realidade do usuário, embasando-se nos pensadores teóricos. O que culmina no relatório social, que tem como componente o parecer social, que é a avaliação do assistente social diante do que foi observado durante a visita domiciliar. Esse conjunto de instrumentos precisam ser mobilizados e construídos com um propósito claro e emoldurado pelo compromisso com a classe trabalhadora, como prevê as Leis, normas e documentos que regem a profissão e que defendem o serviço de qualidade e no campo do direito, o Código de Ética do Assistente Social de 1993, Lei nº8.662, Parâmetros para Atuação do Assistente Social e as respectivas entidades que são o conjunto CFESS/CRESS .

Durante as atividades de estágio supervisionado, em especial em observâncias as várias visitas domiciliares realizadas pelas assistentes sociais se pode observar a presença de um roteiro único que, em todas as ocasiões foi seguido unilateral e exclusivamente. Trata-se de uma espécie de formulário comum, determinado pela instituição, que comporta uma sequência elementar de perguntas tal qual um “caminho de mão única” para guiar o Serviço Social no processo de coleta de informações. O roteiro estruturado contém “perguntas chaves”, mas que não são ultrapassadas, extrapolando, quem sabe, as informações previamente consideradas básicas para a análise. Assim, entende-se que a visita domiciliar torna-se limitada, pois cada usuário tem a sua própria particularidade; e também compromete o

conhecimento acerca da real situação do usuário, como demandas mediatas que podem vir a surgir na visita.

Nesse sentido, estabeleceu-se como objetivo geral de pesquisa que integra a monografia problematizar a visita domiciliar como instrumental técnico-operativo fundamental ao trabalho do(a) assistente social na efetivação dos direitos. Os objetivos específicos foram entender o papel do instrumental na intervenção do assistente social, em especial a visita domiciliar dentro da Política de Assistência Social, compreender as dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas que perpassavam a profissão em sua gênese e após o movimento de reconceituação, como também discutir o Projeto Ético Político e a direção social da intervenção profissional a partir dos fundamentos da profissão.

Nessa perspectiva a seção tem por finalidade discorrer sobre os fundamentos que perpassavam o Serviço Social em sua gênese e a reatualização da profissão, onde apresentará os fundamentos que orientavam a intervenção e o seu objetivo como profissão, bem como salientar acerca dos instrumentais técnicos operativos inerentes à intervenção do assistente social e discutir o Projeto Ético Político e a direção social da intervenção profissional a partir dos fundamentos da profissão.

Já na terceira seção tem como foco o espaço sócio-ocupacional do assistente social, tendo como pressuposto os Parâmetros para a Atuação do Assistente Social e as experiências no estágio curricular obrigatório no CREAS – Leste, apresentando as observações durante a utilização da visita domiciliar e de outros instrumentais que a complementam, salientando que a prática profissional não pode se distinguir dos fundamentos que embasam a profissão

Para a presente monografia foi utilizado como metodologia bibliográfica, que tem por finalidade agrupar as informações de dados utilizados como embasamento para uma construção mais analítica por meio de autores como: Amaro (2007), Barroco (2012), Forti (2016), Iamamoto (2013), dentre outros que trazem debates e reflexões sobre a proposta de estudo. Distinto da pesquisa bibliográfica, realizamos uma pesquisa documental que consiste em extrair informações de materiais já publicados como legislações e normativas tais como o Código de Ética do/a Assistente Social – CFESS, os Parâmetros para Atuação do/a Assistente Social – CFESS, as leis Lei nº 8.662 e Lei nº 12.317

2 Fundamentos do Serviço Social: história, valores e princípios que amparam os instrumentais técnico-operativos.

A presente seção tem por interesse traçar a trajetória do Serviço Social desde sua gênese até o processo de reconceituação, que modificou os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos que norteavam a intervenção e a forma de agir dos assistentes sociais. Nesse processo, a profissão foi avaliando e criticando seu caráter assistencialista, embasado na caridade imediata, de fundamento neotomista, seu perfil tecnicista, amparado no positivismo, para se tornar uma profissão que busca analisar, embasada na teoria social crítica de Marx, as condições de vida da população e contribuir com o acesso a direitos e serviços pela classe trabalhadora em face de suas necessidades sociais.

Trataremos das formas de enfrentamento do assistente social diante das expressões da questão social ao demonstrar que o seu projeto Ético-político tem como diretriz o compromisso do Serviço Social com a classe trabalhadora, tendo em vista a construção de uma outra ordem social.

2.1 A gênese do Serviço Social e a prática indiferenciada: substratos do Movimento de Reconceituação

No final da década de 1930 o Serviço Social emerge sob a concepção cristã, com ações ligadas à caridade, por meio de grupos de voluntários católicos que praticavam uma assistência baseada na ideia do amor fraterno às pessoas sem nenhum apoio, fragilizadas, sem visar interesses pessoais ou recompensas materiais. Para exercê-lo, segundo essa concepção, o critério exigido é a vontade de ajudar ao próximo – no âmbito do imediato – por ser um dever cristão para com os necessitados, mostrando-se, assim, um espírito nobre. Essa concepção de caridade podemos encontrar em várias passagens da Bíblia, e a Igreja Católica, em virtude de sua hegemonia em nossa sociedade, expandiu-se por meio de um discurso repetitivo e

moralizante, objetivando o equilíbrio e a harmonia entre os diferentes segmentos sociais, evitando, assim, o perigo de conflitos e revoltas daqueles que se encontravam na pobreza (NEVES, 2006).

A Igreja Católica utilizava-se do Serviço Social como forma de evitar rebeliões por parte da população, seguindo a doutrina do chamado de neotomismo.¹ Trata-se do primeiro fundamento que orientou o Serviço Social e, nesse sentido, sua prática acabava prevenindo que tais revoltas não viessem à tona na medida em que dota o homem de escolhas e vontades individuais, responsabilizando-o por seus atos ou inação. Devido a expansão das práticas assistenciais ocorridas, no ano de 1936 surgiu a primeira escola de Serviço Social em São Paulo. Vale ressaltar que o Serviço Social ainda era marcado pelo assistencialismo e possuía caráter fortemente cristão, o que pode ser demonstrado pelo primeiro Código de Ética, de 1947, que tinha como embasamento os valores morais da caridade cristã, oriundos do neotomismo, e no qual está previsto a escolha do indivíduo pelo bem – no caso, do assistente social –, conforme as leis de Deus. Ou seja, “cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando-se, sempre em todos seus atos profissionais, no bem comum e nos dispositivos da lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus.” (ABAS, 1947, p. 01).

Os valores do assistente social era embasada, como já dito, nos princípios cristãos, conseqüentemente, a realidade era interpretada de acordo com que se contava na Bíblia. Ou seja, a análise era meramente conduzida pelos dogmas carismáticos e não com uma crítica e reconhecimento das expressões da questão social.

Já no Código de Ética de 1965 – entendendo que os Códigos refletem as intencionalidades e posicionamentos do Serviço Social à época – baseava-se no positivismo.² Após a aprovação da Lei de Regulamentação da Profissão (nº 3.252) no

1 A filosofia neotomista compreende que o homem é um ser dotado de realizar escolhas e é dotado de razão, sendo “ao mesmo tempo, criatura finita e imagem e semelhança de Deus” (ORITIZ, 2007, p. 133). Ou seja, o homem consegue aperfeiçoar-se espiritualmente e materialmente, onde a bondade e a perfeição são inerentes ao homem – são pressupostos naturais – pois são imagem de Deus.

2 Durkheim (1893) saliente que para o Serviço Social, a influência do positivismo recai sobretudo na forma de ver e abordar a realidade, visto que naturaliza a questão social e suas expressões pois pensa os fatos e o sistema desvinculados da totalidade.

ano de 1950, as atribuições dos assistentes sociais foram ampliadas, colocando o Serviço Social como profissão liberal. A laicização do trabalho, agora profissional, e as mudanças sociais trouxeram novas formas de atuação ao assistente social num contexto de Estado ditatorial e ideais liberais, aplicados por meio de políticas de desenvolvimento comunitário durante o período de industrialização e consolidação do capitalismo brasileiro. Nesse caso, o serviço social acaba sendo utilizado como ferramenta do Estado, que está relacionado aos movimentos internacionais e tem interesse na expansão dos métodos de produção capitalistas. Nesse contexto, o Serviço Social realizava uma espécie de educação social, motivando a participação de todos, com o discurso da conquista de melhores condições de vida e que colaborassem com o avanço do país.

Barroco (2012) atribui ainda ao Código de Ética de 1965 que o foco do assistente social nesse momento era trabalhar para o alcance do bem comum e da justiça social, através de correção das disfunções, capacitando indivíduos, grupos e comunidades para uma integração social, além de apresentar a defesa dos direitos do ser humano.

O Código de Ética de 1965 já demonstra o enfraquecimento da doutrina cristã na atuação profissional, pois começa a incorporar princípios de que existem diversas opiniões políticas variáveis, pontos de vista, modos diferentes de interpretar o mundo. Ressalta-se, nesse contexto, os deveres fundamentais do assistente social no exercício de sua profissão como “respeitar as posições filosóficas, políticas e religiosas daqueles a quem se destina sua atividade, prestando-lhes os serviços que lhe são devidos, tendo-se em vista o princípio de autodeterminação.” (CFAS, 1965, p. 2).

Percebe-se pela introdução do Código de Ética de 1965, tratar-se de um “Código de Ética que se destina a profissionais de diferentes credos e princípios filosóficos, devendo ser aplicável a todos os profissionais.” (CFAS, 1965, p. 1), ou seja, que o Serviço Social estava começando a utilizar-se das filosofias e abandonando os dogmas cristãos como fundamento.

O terceiro Código de Ética, de 1975, tem uma especificidade de mudança em relação aos códigos anteriores, pois, Segundo Barroco e Terra (2012), neste Código de Ética é acrescentado o conceito do personalismo, que consiste que a pessoa

humana é o objeto central e, portanto, responsável por suas condições; o que acentuava ainda mais o conservadorismo no Serviço Social, pois o fundamento de colocar o indivíduo como o centro em qualquer circunstância e não considerar que a realidade tem as suas mudanças reforça a ação de resolução imediata, resolver o problema só naquele instante. Aparentemente, o fazer do Assistente Social possuía de fato uma postura de neutralidade,³ que é reflexo de um Estado ditatorial, no qual o assistente social era coagido a exercer a sua profissão de forma favorável, o que também está contido nos pressupostos do Código de Ética de 1945. O Código de Ética de 1975 clama pelo bem comum da classe trabalhadora, alinha-se à ação disciplinadora do Estado (BARROCO; TERRA, 2012). O chamado interesse comum cultivado pelo Estado é estipulado no referido código como “um conjunto de condições materiais e morais específicas sob as quais cada cidadão pode viver humana e livremente”. No entanto, os valores de liberdade e justiça foram refutados pela ditadura. Foi o momento de retomar a mobilização popular antes fragilizada pela pressão política. Ammann (2003) salienta que a busca pela redemocratização do país, por parte da mobilização da sociedade civil, motivou o Serviço Social novamente a discutir seu compromisso com a classe trabalhadora.

De fato, houve um avanço na profissão nesse momento, mas pouco foi modificada a forma da estrutura da prática profissional, quando comparada com a prática filantrópica dos primeiros anos do Serviço Social. O que se quer dizer é que a forma da prática profissional não obteve uma eficiência nos resultados que se permitisse diferenciá-la de práticas profissionais de outrora, dos tempos de conservadorismo, incidentes sobre a mesma problemática, mesmo com todo o esforço do Serviço Social em aprimorar-se como profissão, o que Netto (2011) denomina de prática indiferenciada. Essa prática diz respeito exatamente a esta indiferenciação operatória do Serviço Social, caracterizada pela manipulação de variáveis empíricas do cotidiano dos usuários dos serviços prestados, cuja expressão mais completa é a do que pode ser usado ou tem eficácia em variados casos.

3 A neutralidade aqui é relacionada ao tecnicismo, pois o assistente social com os fundamentos que lhe eram disponibilizados não havia uma crítica acerca da realidade da classe trabalhadora.

Para Soares (2018), é essencial tratar sobre ter eficácia nos resultados em variados casos nesta reflexão, não só porque ela se tornou tão habitual no exercício profissional da época, mas porque é ela que, não raro, causa o desconforto ou o estranhamento dos assistentes sociais com seu fazer. Esse estranhamento não advém necessariamente de uma escolha profissional, mas de um “padrão prático empírico de procedimento”⁴ que guarda relação com a expectativa social dos encaminhamentos, com a mobilização dos recursos materiais e técnicos pertinentes à atuação e, ainda, com as responsabilidades profissionais pouco nítidas postas pelos espaços ocupacionais.

Durante o período de 1964 a 1985, na ditadura militar, se iniciou no Brasil uma nova fase do Serviço Social, chamada de Movimento de Reconceituação. Nesse contexto, a prática profissional vinha desenvolvendo outra visão em relação à prática do assistente social, com enfoque resultado de uma análise crítica da realidade em construção. O que vai contribuir para a necessidade de atualização da profissão é a autocracia burguesa, pois o processo de autocracia burguesa vai alterar o mercado de trabalho para o Serviço Social. Ocorreu transformações nas requisições do Estado que abriram espaço à profissionalização do Serviço Social, sendo o Estado determinante para que o mercado de trabalho se apresente dessa forma aos assistentes sociais. Portanto, Netto (2005, p. 131) ressalta que:

[...] o conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

Com o desenvolvimento do sistema capitalista agravou-se a questão social, por conta da relação capital/trabalho, que o capital possui interesses diversos dos

⁴ No capitalismo monopolista, a questão social será administrada em suas refrações, o cotidiano dos sujeitos torna-se uma ação privilegiada de controle. As políticas sociais setoriais abordarão a questão social em fragmentos, nunca em seu cerne, ou seja, em sua relação entre capital e trabalho. Dessa forma, tanto as demandas quanto os espaços de ocupação do assistente social são divididos. Isso constitui outro elemento sincrético, pois “as determinações do cotidiano são parte da legitimidade que sustenta o mercado de trabalho desse profissional chamado a intervir de forma a ordenar a ampliação da heterogeneidade ocorrida a partir do capitalismo monopolista” (SANTOS, 2007, p. 66).

interesses dos trabalhadores. O Estado precisou tomar providências para se estabelecer a ordem na sociedade e conciliar ao seu interesse o avanço econômico e a ordem social. Com a intensificação da relação capital/trabalho, segundo Silva (2017, p. 02):

A autocracia burguesa viu-se na necessidade de controlar as expressões da questão social que se intensificaram no país diante das alterações gestadas na área econômica, cultural, política e social. Desse modo, o Serviço Social é institucionalizado como profissão no período ditatorial, os assistentes sociais nessa época seriam profissionais responsáveis pelo controle social e planejamento de políticas públicas. Ou seja, aquele, assume postura de racionalidade burocrático-administrativo para atender aos interesses da autocracia burguesa.

A autocracia burguesa exigia do assistente social que agisse com racionalidade, uma nova postura profissional. Diante disto, o assistente social teria uma modificação no seu fazer profissional. Netto (2005) ressalta que, no decorrer desse processo, a alteração do perfil do profissional foi demandada pelo perfil do mercado de trabalho, com condições novas postas pelo quadro macroscópico da autocracia burguesa e, assim, exigia-se um assistente social “moderno” com um desempenho onde traços “tradicionais” fossem deslocados e substituídos por procedimentos “racionais”, um assistente social responsável pelo controle social e pelo planejamento das políticas públicas.

Nesse contexto, os assistentes sociais passam a ter uma visão crítica da sociedade e de sua própria atuação, pois a função do assistente social é de ter como pressuposto o controle social. Assim, Netto (2005) explica que durante esse processo de reconceituação do Serviço Social a perspectiva de reatualização do conservadorismo se manifesta no cerne da complexa dialética de ruptura, como continuidade com o passado, já que sem alteração pelos elementos renovadores que apresenta.

De acordo com as novas exigências do perfil profissional, busca-se – durante o processo de renovação do conservadorismo – aperfeiçoar as antigas práticas profissionais, ou seja, busca-se mantê-las num viés mais crítico que pudesse apresentar argumentos plausíveis para adentrar a nova prática profissional. Cabe explicar que a base conservadora na profissão não foi erradicada pela perspectiva

modernizadora, explorou particularmente o seu vetor reformista e sujeitou a suas expressões às circunstâncias das novas requisições que a “modernização conservadora” aplicou ao exercício profissional (NETTO, 2005).

Netto (2005) indica que nessa concepção a demanda do aporte teórico do pensamento fenomenológico⁵ surge como pensamento mais notável nas colocações significativas dos autores. O Seminário de Araxá (1967) demonstrou a busca pela conformação do moderno sobre o tradicional, preservando traços conservadores da profissão. Já o documento de Teresópolis (1970) visou equipar profissionais da área social para responder às demandas da ditadura, de forma que não busque novas organizações da sociedade, mas sim no agir profissional. Isso redefine claramente o perfil sociotécnico da profissão, e finalmente a inscreve no ciclo da “modernização conservadora”. Netto (2005) salienta que se em Araxá ficou marcado o cariz sociotécnico, em Teresópolis se fundamenta a operacionalidade do Serviço Social, agora relacionado à administração tecnoburocrática.

Nos seminários de Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1978) surgem novas questões da relação do Serviço Social com a cientificidade: a fenomenologia e a dialética. Segundo Netto (2005, p. 195), a “documentação do Sumaré e do Alto da Boa Vista está para o deslocamento da perspectiva modernizadora assim como estão, para o seu momento ascendente, os documentos de Araxá e Teresópolis.”

Portanto, diante do pressuposto de um tradicional moderno, a intenção de ruptura pretendia romper totalmente com o Serviço Social tradicional e, para tanto, propunha uma rescisão com seus procedimentos metodológicos, ideológicos e teóricos conservadores, de tradição positivista. Esta perspectiva recorre principalmente ao pensamento marxista, que era tido de forma progressiva na sociedade. “A perspectiva de intenção de ruptura deveria construir-se sobre bases quase que inteiramente novas; esta era uma decorrência do seu projeto de romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e prático-profissionais” (NETTO, 2005. p. 250). Ou seja, dar uma nova face ao Serviço

5 Segundo Bezerra (2018, p. 06), nas Ciências Humanas, a corrente tem o compromisso com o significado do homem, representando uma renovação dos métodos de análise, ou uma nova abordagem e orientação, na busca da essência, através da análise da consciência (CAPALBO, 1987). No Serviço Social se expressou como? d.

Social “passando-se a questionar sua vinculação histórica com os interesses do bloco no poder” (SILVA, 2009).

Essa perspectiva tem caráter contrário à ideologia da autocracia burguesa. É discernida pela constituição de uma massa crítica de assistentes sociais que se dispuseram a buscar mudanças para a superação da prática do serviço social tradicional. Sua emergência é baseada principalmente no método Belo Horizonte que surgiu na Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais elaborados por jovens profissionais preocupados em dar uma nova concepção ao Serviço Social, e por isso “elaboraram uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano das intervenções profissionais e no plano da formação” (NETTO, 2005, p. 263).

Caracteriza-se também essa perspectiva pelo reforço a teoria marxista, principalmente o “marxismo acadêmico”, que se desenvolve no correr do tempo com a crise da ditadura militar. O Serviço Social, então, se apropria das teorias marxistas, pois defendiam uma mudança social.

[...] essa consolidação do marxismo na cultura latino-americana se opera – e esse é um dos seus traços mais decisivo – quando o processo de salinização iniciado no final dos anos 1920 na URSS triunfa e, na sequência, pela mediação da Terceira Internacional, equaliza ideológica e politicamente os partidos comunistas latino-americanos, enquadrando-os segundo os parâmetros do “marxismo-leninismo” que se tornou a ideologia oficial da era a que Stalin vinculou seu nome e que, nos anos seguintes, constituiria a matriz da cultura de manual que seria dominante até a metade dos anos 1950. É sabido que esse “marxismo-leninismo” não passou de uma degradação, vulgar e positivista, do legado de Marx e Engels: frequentemente reduzido a um economicismo barato e/ou a um sociologismo mecanicista, em geral tratou-se de uma codificação escolástica da teoria social dos clássicos, que esterilizou a parcela dos esforços de mais de uma geração de comunistas. Parte expressiva da produção dos marxistas latino-americanos foi domesticada e amesquinhada pelos cânones desse “marxismo leninismo”, que se tornou uma espécie de senso-comum dos militantes comunistas e que, pelo menos até 1956, orientou a linha política dos partidos latino-americanos (NETTO, 2007, p. 260).

Mas isso não quer dizer que não houve construções teóricas na cultura americana, e que somente se instaurou o “marxismo-leninismo”. Netto (2017) nos aponta diversos intelectuais latino-americanos que registraram significativas contribuições no período de consolidação do marxismo (1930-1950). Mas o “marxismo leninismo” de raiz stalinista, segundo o autor, só será implodido na América Latina

entre a segunda metade da década de 1950 e inícios dos anos de 1960. Então, somente nos anos de 1960, segundo Netto (2017), que se registra na América Latina a superação do “marxismo leninismo”. Silva (2015, p. 03) salienta que:

[...] o desenvolvimento de uma relação positiva entre as chamadas ciências sociais acadêmicas e o pensamento marxista, motivado tanto pela abertura da universidade latino-americana às demandas políticas da época, como pelo processo de renovação do marxismo que estava em curso. Nessa década, em âmbito internacional o marxismo institucional entra em colapso provocando uma compreensão ampliada da tradição marxista que engloba a obra marxiana e se configura numa gama diferenciada. Esse colapso do marxismo institucional acontece em um novo quadro sócio histórico que favorece as condições para um contato diverso entre as chamadas ciências sociais, de origem conservadoras, e a tradição marxista.

O resultado do movimento foi uma aproximação muito peculiar entre setores do Serviço Social à tradição marxista. José Paulo Netto (2017) analisa três traços articulados que singulariza essa aproximação. Primeiramente, considera que a referida aproximação se realizou sob exigências teóricas muito conduzidas por requisições de natureza ídeo-política de aspecto fortemente instrumental. Em segundo lugar, considera que, conseqüentemente, a referência à tradição marxista configurava-se muito seletiva e determinada mais por perspectivas prático-político e organizacional-partidárias do que pela relevância da possível contribuição crítico-analítica. O terceiro traço destacado pelo autor considera que “a aproximação não se deu às fontes marxianas e/ou aos ‘clássicos’ da tradição marxista, mas especialmente a divulgadores e pela via de manuais de qualidades e níveis discutíveis” (NETTO, 2017, p. 304). Nesse sentido, o que ocorreu foi uma “aproximação enviesada” de setores do Serviço Social à tradição marxista, sob orientações oriundas de restrições políticas, do ecletismo teórico e do desconhecimento das fontes “clássicas” (NETTO, 2017).

É no cerne desse caminhar de inquietações em relação à profissão, não homogêneas e em conformidade com a realidades de cada país, que a relação com o marxismo vai configurar o Serviço Social latino-americano por meio da apropriação da teoria social crítica de Marx, embora esta apropriação se efetive em tortuoso processo, como já mencionado.

As reflexões do movimento latino-americano de reconceituação do Serviço Social no período ditatorial não vedaram iniciativas como o Método de BH (1972-75), no meio de mais iniciativas de inspiração marxista. No final de 1970 e início do ano de 1980 os pressupostos iniciais do processo de “intenção de ruptura” são traçados pelas lutas sociais e pelos cursos de pós-graduação. (SIMIONATTO, 2018).

Nessa perspectiva, Simionatto (2018, p. 86) afirma que “o maior legado da experiência reconceitualizadora foi a aproximação da profissão com a perspectiva marxista e a abertura de interlocução com outras áreas do conhecimento”. Para a autora e para a Silva (2019), as abordagens do marxismo no campo do Serviço Social são relativamente recentes se assemelharmos à história das ideias marxistas. A teoria social crítica passa a ser a base que norteia a profissão e embasará o Projeto Ético-político do/a Assistente Social e suas ações prático-operativas, por consequência.

Vale destacar que o Código de Ética do/a Assistente Social de 1986 marcou a profissão na medida em que trouxe um direcionamento claro que contribuiu com o movimento de intenção de ruptura com o conservadorismo e, assim, a profissão adquire novas características com o intuito de atender as necessidades da classe trabalhadora. O novo código de 1986 marca os princípios e diretrizes que instrui a prática profissional do assistente social, sendo articuladas as lutas de classes, tendo seu posicionamento voltado aos interesses da classe trabalhadora, o que é salientado em um dos deveres do assistente social: “Aprimorar de forma contínua os seus conhecimentos, colocando- os a serviço do fortalecimento dos interesses da classe trabalhadora” (CFAS, 1986, p. 04).

Os códigos anteriores não visavam estabelecer exercício profissional em relação as questões sociais, mas sim de manter uma hegemonia, uma espécie de controle. Distinto dos códigos de 1947, 1965 e 1975, o código de 1986 tem em seu caráter a equidade, a coletividade, o pluralismo político, a produção teórica e a luta de ideias. Esse código utiliza-se de matrizes metodológicas e teóricas, com o pressuposto de rompimento com o conservadorismo e do direcionamento aos profissionais através dos seus deveres e direitos, buscando consolidar uma direção social transparente, voltada para responder as expectativas sociais na ação profissional.

Seu conteúdo expressa princípios e diretrizes norteadores da prática profissional determinados socialmente, e traz a marca da conjuntura atual da sociedade brasileira. Constitui-se em parâmetro para o profissional se posicionar diante da realidade, disciplinando o exercício profissional no sentido de dar garantia à nova proposta da prática dos Assistentes Sociais. (CFAS, 1986, p. 01)

No entanto, conforme Barroco (2009), operacionalmente o Código de Ética de 1986 não desenvolveu, suficientemente, os pressupostos teóricos orientados pelo marxismo. Diante disso, com a reatualização em 1993, o Código de Ética apresentou a importância da dimensão política e ética, além de reafirmar os valores emancipatórios, como visa a perspectiva marxista.

Araujo (2015, p. 03) compreende que o “Código de Ética de 1993, averigo até os dias atuais, marca o segundo momento do processo do projeto profissional do Serviço Social, possuindo uma perspectiva teórico-crítica sobre a sociedade de classes.” É organizado por meio de deveres, princípios, proibições e direitos que direcionam o comportamento ético-profissional, ofertando seus objetivos ético-políticos e, também, os parâmetros para atuação do assistente social no cotidiano profissional (BARROCO; TERRA, 2012). Como também exemplifica Soares (2010, p.153):

A década de 1990, marcada no Brasil pelo processo de reestruturação produtiva do capital, instaura o neoliberalismo como orientação da regulação estatal. Em decorrência disso, inicia-se a “reforma” do Estado, exata e contraditoriamente, no marco da redemocratização e das conquistas sociais asseguradas na Constituição brasileira de 1988. Diante das mudanças ocorridas no mundo do trabalho e no campo dos direitos sociais, o conjunto CFESS/Cress desencadeia debates para impulsionar a reformulação da legislação profissional, como forma de garantir o comprometimento de uma profissão voltada para os princípios da equidade social e da defesa intransigente dos direitos. Desta maneira, é a partir da década de 1990 que o projeto ético-político do Serviço Social começa a tomar forma, tendo como marco o novo Código de Ética Profissional (1993) e a nova Lei de Regulamentação da profissão (1993)

O Código de Ética de 1993 expressa a construção de um novo Projeto Ético-político da profissão, que rejeita a exploração do homem pelo homem colocada pelo sistema capitalista, passando a instaurar o compromisso com a classe trabalhadora, tendo em vista a construção de uma outra ordem social.

Esse novo olhar crítico da profissão tem por pressuposto teórico-metodológico a teoria social de Marx, que objetiva justamente com a interpretação sócio-histórica e

crítica da sociedade capitalista ao observar que a realidade dos indivíduos é histórica e social a processos econômicos, políticos, sociais e culturais.

Compreende-se que o assistente social ao fazer o seu trabalho precisa ter como base um conjunto de competências técnicas, políticas e teóricas posto sobre uma ontologia do ser social que se funda na práxis do trabalho. A contínua e aprofundada aproximação com o pensamento marxismo poderá desvelar o significado sócio histórico e ídeo-cultural e a funcionalidade dos processos, práticas sociais, instituições e profissionais, fazendo com o que o assistente social se torne crítico diante da realidade da classe trabalhadora.

2.3 A Questão Social e sua relação com o Serviço Social

Com a crise e desestruturação gradual do sistema feudal na Europa Ocidental devido a uma série de fatores tais como o esgotamento dos solos, o desenvolvimento do comércio citadino, o aumento dos preços dos alimentos, as guerras, a peste bubônica, a fome e, por consequência, as revoltas camponesas, um conjunto de práticas passa a caracterizar a economia das principais regiões da Europa entre os séculos XV e XVIII denominada mercantilismo. É o estágio de transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, favorecido pelo surgimento dos Estados Modernos, e que teve apoio direto da burguesia em processo de consolidação como classe. Com o desenvolvimento do novo modo de produção e da industrialização, ou seja, com o incessante desejo pelo capital, conseqüentemente, desenvolve-se e acentua-se uma desigualdade social dando origem a discussões em torno da emergência da questão social que é:

[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2011, p. 27).

Com o desenvolvimento do sistema capitalista, as expressões da questão social se acentuam, proliferam, por causa da contradição entre o capital e o trabalho. Diante dessa contradição capital/trabalho, Machado (1999, p. 43) ressalta:

A questão social representa não só as desigualdades, mas, também, o processo de resistência e luta dos trabalhadores. Por isto ela é uma categoria que reflete a luta dos trabalhadores, da população excluída e subalternizada, na luta pelos seus direitos econômicos, sociais, políticos, culturais. E é aí, também, que reside as transformações históricas da concepção de questão social. O avanço das organizações dos trabalhadores e das populações subalternizadas, coloca em novos patamares a concepção de questão social. Se, no período ditatorial brasileiro pós-64 a luta prioritária era romper com a dominação política, hoje a luta é pela consolidação da democracia e pelos direitos de cidadania. As transformações no mundo do trabalho, seja com a substituição do homem pela máquina, seja pela erosão dos direitos trabalhistas e previdenciários, exigem, também, que se reatualize a concepção de questão social.

É preciso enfatizar que a totalidade social é uma categoria substancial da questão social, pois permite perceber a forma como a classe trabalhadora vive a contradição capital e trabalho. Essa contradição, por sua vez, desvela as desigualdades sociais, econômicas, culturais e sociais, bem como a maneira que os homens resistem a exclusão, subalternização, dominação econômica e política. Vale ressaltar, que o processo de trabalho do Serviço Social:

[...] é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas sociais (ABESS, 1996, p. 60).

A análise Marxista possui peso na forma como os profissionais de Serviço Social entendem e respondem as necessidades da classe trabalhadora advindas da questão social. Diante disso, é indissolúvel que os fundamentos teórico-metodológicos e históricos vão embasar os assistentes sociais na compreensão da questão social. Portanto Neves (2018, p. 07) ressalta que:

Ao nos apropriarmos do método do materialismo histórico dialético, apreendemos que o real é um todo complexo, histórico e contraditório. Mas é a teoria social crítica de Marx que nos possibilita essa leitura dinâmica e histórica da sociedade burguesa. Em que, ao ser apropriada pelo sujeito, desmistifica a naturalização dessa sociabilidade que produz e reproduz a desigualdade social.

Essa dinâmica da vida social – produção e reprodução – envolve, na ordem capital/trabalho, relações contraditórias e complexas que precisam ser apreendidas pelos assistentes sociais que lidam diretamente com as expressões da questão social,

pois é fundamental essa compreensão para que o profissional consiga construir uma estratégia com embasamentos teórico-metodológicos para que se consiga intermediar a contradição e as expressões da questão social. Por essa razão o Assistente Social precisa apreender novas mediações históricas, assegurando fidelidade e radicalidade ao método de Marx, onde a unidade teoria/prática possibilita a apreensão do real na sua essência. E a sociedade burguesa em que vivemos, aparece como um todo estruturado e dialético.

Segundo Neves (2018), no contexto da sociabilidade do capital, a realidade exige a unidade teoria/prática na apreensão necessária das contradições que perpassam sempre o trabalho profissional. No que diz respeito ao ponto de vista das respostas, o Serviço Social busca enfrentar as expressões da questão social, e a análise desse processo é central para que possa ter clareza dos limites que teremos nesse contexto, mas também das possibilidades diante de uma racionalidade dialética que nos impulsiona a pensar e criar estratégias de intervenção no enfrentamento da questão social.

Na perspectiva do projeto profissional crítico, pensar e formular estratégias específicas para responder às necessidades da classe trabalhadora tornou-se urgente em diferentes espaços sócio-ocupacionais do assistente social. Do contrário, cai-se no fatalismo, mecanismo e pragmatismo, totalmente contrária à direção proposta pelo projeto Ético-Político do Serviço Social, fruto do processo histórico de construção da categoria de Assistentes Sociais.

2.4 O Serviço Social como profissão na divisão sociotécnica do trabalho, os instrumentais técnico-operativo e as entidades ABEPSS e o conjunto CEFESS-CRESS

Nas últimas décadas testemunhou-se um avanço significativo do Serviço Social em relação a renovação ético-política e teórico-metodológica, com o fortalecimento das entidades científicas e de representação política. Somente na década de 1980 que se observa a importância de interpretação teórica da profissão.

O Serviço Social como profissão se configura e (re)configura no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade, fruto das transformações nos processos de

produção e reprodução da vida social, que vem instituindo limites e possibilidades ao exercício profissional, condicionando as respostas profissionais dos assistentes sociais aos limites do sistema capitalista (IAMAMOTO, 2003, *apud* MORANI, 2010). Essa contribuição é amplamente conhecida como uma ruptura da profissão em relação ao seu arcabouço de caridade, a partir desse início de ruptura que se analisa os fundamentos da profissão ganhando novos níveis, por meio da ampla interlocução com a teoria social crítica e o pensamento social clássico e contemporâneo.

A conformação dessa ordem societária cria, assim, um novo espaço sócio-ocupacional para o assistente social (e para um conjunto de outras profissões) na divisão social e técnica do trabalho, constituindo objetivamente as condições através das quais a profissão será demandada e legitimada para a execução de um amplo leque de atribuições profissionais, notadamente no âmbito das diferentes políticas sociais setoriais. (RAICHELIS, 2011, p. 424).

Segundo Raichelis (2011, p. 423):

Afirmar que o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo, e identificar o seu sujeito vivo como trabalhador assalariado, implica problematizar como se dá a relação de compra e venda dessa força de trabalho a empregadores diversos, como o Estado, as organizações privadas empresariais, não governamentais ou patronais. Trata-se de uma interpretação da profissão que pretende desvendar suas particularidades como parte do trabalho coletivo, uma vez que o trabalho não é a ação isolada de um indivíduo, mas é sempre atividade coletiva de caráter eminentemente social.

Iamamoto e Carvalho (2013 *apud* JESUS, 2020) consideram que um dos legados deste Movimento de Reconceituação foi a aproximação com o marxismo e a compreensão de que o Serviço Social é uma profissão especializada. Nesta perspectiva, ainda que o Serviço Social seja caracterizado como profissão e não como ciência, isso não exclui a possibilidade de contribuir com a produção de conhecimentos científicos no campo das ciências humanas e sociais.

Por sua vez, Faermann (2016, *apud* JESUS, 2020) permitiu a compreensão e o reconhecimento das/dos assistentes sociais como trabalhadoras assalariadas/os e, conseqüentemente, o despertar da consciência de classe, aproximando e inserindo-se na luta geral da classe trabalhadora. Ademais, a eleição do marxismo como epistemologia privilegiada à orientação teórico-metodológica no Serviço Social

proporcionou avanços no campo teórico, prático e investigativo da profissão, permitindo às/ aos assistentes sociais suplantarem a condição de executores de políticas, programas e projetos, para conquistarem a condição de planejadores e de gestores das políticas, o que:

[...] possibilitou aos profissionais a compreensão da sociedade capitalista em uma perspectiva de classe, a investigação do capital enquanto relação social e a análise da questão social como resultado das contradições do modo de produção capitalista, na sua maneira conflitante de produzir e de se apropriar da riqueza socialmente produzida. Possibilitou, ainda, a apreensão da centralidade do trabalho na sociedade, das sequelas da questão social como matéria prima de sua intervenção e do caráter contraditório das políticas sociais, mediante exame rigoroso e substancial da realidade em sua totalidade. Indubitavelmente, a omissão dessa análise da realidade poderá trazer consequências desastrosas para o trabalho profissional, a exemplo de respostas conservadoras e de leituras parciais e incongruentes que não ultrapassam a análise descritiva ou fragmentada das situações apresentadas (FAERMANN, 2016 p. 47-48 *apud* JESUS, 2020).

O serviço Social nasce como profissão na sociedade capitalista, onde se instaura a questão social, o Estado exerce sua forma de intervir através dos assistentes sociais, onde se tem uma intervenção não só econômica, mas política e social.

Problematizar o trabalho do assistente social na sociedade contemporânea supõe pensa-lo como parte alíquota do trabalho da classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho em troca de um salário, submetido aos dilemas e constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados, o que implica ultrapassar a visão liberal que apreende a prática do assistente social a partir de uma relação dual e individual entre o profissional e os sujeitos aos quais presta serviços. (RAICHELIS, 2011, p. 426).

É nesse processo tenso que as profissões constroem seus projetos profissionais coletivos, no nosso caso, o Projeto Ético-Político profissional que há, pelo menos, três décadas vem sendo posto em marcha coletivamente pelo Serviço Social brasileiro. E é esse projeto que entra em permanente tensão e contradição com o estatuto de trabalhador assalariado do assistente social, especialmente em tempos de financeirização e de capital fetiche (IAMAMOTO, 2007 *apud* RAICHELIS, 2011).

A própria implementação das políticas sociais também é um jogo complexo de conflitos e tensões, que envolve diferentes protagonistas, interesses, projetos e estratégias, onde são requisitadas a presença e a intervenção de

diferentes categorias profissionais, que disputam espaços de reconhecimento e poder no interior do aparelho institucional (RAICHELIS, 2010, p. 755).

Os variáveis espaços sócios ocupacionais em que os assistentes sociais são inerentes não podem ser analisados de forma linear e determinista, ainda mais se levar em conta as formas de enfrentamento do capital, a acumulação que aprofunda e agrava as expressões da questão social, mas também desencadeia respostas da sociedade e do conjunto da classe trabalhadora em seu movimento de resistência e defesa de direitos conquistados historicamente.

São diversos espaços sócio-ocupacionais os quais o assistente social pode exercer sua profissão, que são no Estado – nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário –, em empresas privadas capitalistas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria a organizações e movimentos sociais (IAMAMOTO, 2009). Nesses espaços o assistente social formula, executa e planeja a política pública, na defesa dos direitos sociais e a garantia do mesmo. Cabe mencionar que tais espaços indagam os assistentes sociais com reflexões acerca de qual seria o instrumental utilizado. Essa escolha do instrumental a ser utilizado é uma escolha estratégica, baseada na direção social, na intencionalidade que se quer atingir e imprimir na ação, ou seja, tem critérios pelo caminho que o assistente social vai possibilitar para que o indivíduo consiga ter acesso aos seus direitos (MEDEIROS, 2017).

Segundo Lavoratti e Costa (2016), os instrumentais não podem ser utilizados como um fim em si mesmo, pois seria uma falha que contribuiria para as técnicas conservadoras ao limitar a um passo a passo. Para Magalhães (2006 *apud* LAVORATTI; COSTA), a técnica não é um meio, mas como um fim específico. Diante disso, a autora afirma que os instrumentais correm o risco de se tornarem um passo a passo e através da utilização dos instrumentais pelo assistente social acabe por não possuir um embasamento teórico-metodológico, mas sim um senso comum:

[...] corre o risco de voltar-se ao senso comum, impregnando-se de uma rotina nociva, que muitas vezes nos impede de perceber o quanto à utilização desse instrumental facilita nossa atuação, racionaliza nosso tempo, direciona eticamente nossa proposta de trabalho – o mais importante – demonstra respeito ao usuário. (MAGALHÃES, 2006, p.09 *apud* LAVORATTI; COSTA).

Os espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais constantemente impõem ao profissional revisão e reflexões acerca da prática, pois insere o assistente social em diversas situações que possuem as suas particularidades. Essas constantes reflexões acerca do processo de trabalho cotidiano dos assistentes sociais adicionadas a burocracia e ao servir a maior quantidade de usuários traz conflitos diários, geralmente difíceis de detectar. O assistente social acaba agindo mecanicamente, como questiona Magalhães (2006, p.09 *apud LAVORATTI; COSTA*)

[...] transmutando hábitos e, mesmo 'vícios' em normas do agir? Quantas vezes esquecemos de rever e de questionar nossa ação, em todos os aspectos que a abrangem, incluindo aqueles que dizem respeito à instrumentalidade que serve de ponto de apoio ao nosso trabalho?

Desta maneira, Lavoratti e Costa (2016, p. 23-24) explicam que:

No afã de resolver as expressões da questão social, como se fosse possível resolver questões históricas em uma visita domiciliar, em um laudo social, etc., o assistente social se perde na falta de autovalorização e auto-reconhecimento profissional. Nesta mesma ótica, muitas vezes não nos encontramos vis a vis com a instrumentalidade que perpassa toda atuação profissional. Se perguntarmos a um profissional quais foram as técnicas utilizadas naquele dia para atender, visitar ou orientar um usuário, comumente ele apontará: visita domiciliar ou institucional, entrevista, orientação, encaminhamentos, porém, dificilmente apontará instrumentais ético-políticos e teórico-metodológicos que podem estar intrínsecos às demais ações.

Lavoratti e Costa (2016) ressaltam que aqui o assistente social aponta quais os instrumentais estão utilizando, mas não aponta quais os fundamentos, ou seja, é preciso tentar resgatar um outro sentido e fundamentação para os instrumentos e as técnicas, como também uma argumentação teórico-crítica pela qual a dimensão técnico-operativa pode ser pensada quando apoiada em um pensamento crítico-dialético, e enquanto práxis, portanto, transformadora da realidade social.

Nesta concepção é evidente que os fundamentos do Serviço Social por si só não determinam os processamentos para a intervenção do assistente social, pois com o tempo o profissional pode atuar mecanicamente. A intervenção do profissional, nesse caso, é efetivamente remetida a um conhecimento adquirido historicamente, empírico, que se desenvolveu e assimilou-se na divisão social do trabalho, ou seja, a intervenção e a escolha de qual instrumento utilizar pelo assistente social acabou reduzida pelo seu cotidiano e não embasada pelos fundamentos do fazer profissional.

Assim, no exercício profissional do assistente social, a sua relação com o objeto é intermediada por um instrumento, o que o torna um potencializador de força, de determinada forma, em uma dada direção. É potencializador porque permite concentrar toda a força (conhecimento que se dispõe), num dado instrumento, elevando-o a um grau superior, facilitando a sua expressão de determinada forma. A forma corresponde ao instrumento específico que se utiliza num dado momento. Em nossa história profissional temos alguns já consolidados, não significando que são os únicos, ao contrário, podem vir a ser ampliados, modificados e recriados (LAVORATTI; COSTA; 2016, p. 43-44).

O que Lavarotti e Costa (2016) chamam a atenção é de que o instrumental deve ser orientado por um determinado conhecimento, ou seja, uma teoria social, sempre utilizado propositalmente, portanto. Não tem uma neutralidade em sua utilização! Dessa forma, o instrumental, quando mediado pela teoria social, materializa e objetiva suas intenções ao permitir a interpretação da realidade, potencializando suas ações sobre ela. Convém destacar que são muitas as possibilidades de instrumentais de trabalho, alguns inclusive criados pelo próprio assistente social que vai considerar as demandas sociais, as instituições em que atua. Portanto, Lavoratti e Costa (2016, p. 44) vão ressaltar que “estes instrumentos e técnicas não podem ser desconectados das condições em que foram criados e produzidos, pois contêm suas determinações históricas, teóricas e políticas.” Porém, os mencionados neste trabalho serão os mais usuais e comuns entre os campos de atuação.

Os instrumentais diretos dos assistentes sociais são “aqueles que proporcionam uma interação face a face, ou seja, por meio da linguagem gestual, pelo diálogo ou pela entonação” (MEDEIROS, 2017). Estamos a tratar da entrevista, visita domiciliar e institucional, do acolhimento social, acompanhamento social, atendimento social, trabalho em grupo, dinâmicas de grupo e reunião. Já os indiretos são os que registram de forma escrita e fundamentada o que foi obtido durante a utilização dos instrumentais diretos. São esses o estudo social, parecer social, relatório social e perícia social (MEDEIROS, 2017).

É através desses instrumentos que os assistentes sociais viabilizam aos usuários seus direitos. Esses instrumentais e técnicas devem ser embasados teoricamente em seu uso, como já dito, para que se consiga um desvelamento da realidade social de forma crítica. Sabe-se que toda a prática do assistente social é

disciplinada, orientada, normatizada, defendida e fiscalizada por entidades que representam e congregam a profissão. Essas entidades são representadas pelo conjunto Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social – CFESS-CRESS.

Com a fiscalização do exercício profissional e produção de saber instituída pelo conjunto CFESS-CRESS, começa-se a investir na qualificação teórico-política dos profissionais, na defesa de políticas públicas e na atenção à qualidade dos serviços prestados a classe trabalhadora. As propostas e ações dessas entidades passaram a ser pautadas nos instrumentos normativos necessários para regular e fiscalizar as práticas profissionais, em investimentos e participação em fóruns de discussão, formulação de políticas públicas e controle social, em benefício de uma sociedade que luta pela superação das desigualdades sociais e pela efetivação de direitos.

Já a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, é representativa das Unidades de Ensino do Serviço Social, articulando e coordenando o projeto de formação em Serviço Social no âmbito da graduação e pós-graduação. Dentre os seus princípios fundamentais está a defesa da universidade pública, gratuita, laica, democrática, presencial e socialmente referenciada.

A entidade tem amplitude nacional e possui associados institucionais e/ou individuais em todos os estados brasileiros. Conforme previsto em seu Estatuto, os sócios institucionais são Unidades de Formação Acadêmica de Serviço Social presenciais que tem o compromisso de conduzir a processo formativo a partir dos fundamentos teórico-metodológicos e da direção ético política do serviço social brasileiro expressos nos princípios do atual Código de Ética dos Assistentes Sociais, nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e em sua Política Nacional de Estágio. Os sócios individuais são todos aqueles profissionais de serviço social ou estudantes filiados que compartilham dos princípios e plataformas de lutas da entidade (ABEPSS, 1996).

A entidade reforça a articulação do conjunto CFESS-CRESS e é um elemento fundamental para a manutenção do Projeto Ético-Político do Serviço Social no Brasil, na medida em que um projeto profissional que objetiva a realização e ampliação de direitos só se mantém se contar com uma base social de sustentação política, o que coloca a práxis política como o meio adequado à sua realização (BARROCO, 1999 *apud* RAMOS, 2011). Essa articulação se expressa no compromisso com a classe trabalhadora e na defesa de seus direitos, na expectativa que o assistente social esteja consciente dos interesses da classe trabalhadora, não negligencie o

compromisso ético-político que assumiu em seu projeto profissional e “adapte-se” a movimentos conscientes que se conectam com outros movimentos para construir novas alternativas de concretização do ideal emancipatório. O assistente social, ao realizar uma visita domiciliar, pode encontrar possibilidades de viabilizar direitos quando guiado de forma consciente pelo Projeto Ético-Político.

3 Visita domiciliar no trabalho do Serviço Social

Nesta parte do trabalho busca discutir as ações do assistente social nos espaços sócio-ocupacionais e sua relação com os Parâmetros para Atuação nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Nesse sentido, intenta-se demonstrar que os assistentes sociais têm documentos que o asseguram e fundamentos que orientam o objetivo de sua intervenção.

Tal relação se faz necessária, pois focara na problematização de um dos instrumentais técnico-operativos do assistente social, a visita domiciliar; pois é um dos instrumentos responsáveis por contribuir para o desvelamento da realidade, onde cada um tem a sua particularidade⁶, e na viabilização aos usuários de seus direitos.

3.1 Reflexões sobre o exercício profissional com base nos Parâmetros de Atuação do Assistente Social nos espaços sócio-ocupacionais e a visita domiciliar como instrumental técnico-operativo interventivo

O Serviço Social apesar de trabalhar em diversos espaços sócio-ocupacionais, possui alguns instrumentos que lhe são comuns, e quando é utilizado alguns desses instrumentos a ação do profissional, presume-se, é permeada por fundamentos que vão viabilizar o exercício profissional do assistente social em consonância ao Projeto Ético-Político da profissão. Cabe mencionar que os instrumentos e técnicas que utilizamos não são de uso exclusivo do Serviço Social, ao contrário, fazemos uso de

⁶ A aproximação dialética no conhecimento da singularidade não pode ocorrer separadamente das suas múltiplas relações com a particularidade e com a universalidade. Estas já estão, em si, contidas no dado imediatamente sensível de cada singular, e a realidade e a essência deste só pode ser exatamente compreendida quando estas mediações (as relativas particularidades e universalidades) ocultas na imediaticidade são postas à luz. (LUKÁCS, 1978, p. 106).

instrumentais que são compartilhados com outras profissões, e a marca distintiva está precisamente nos fundamentos teóricos, metodológicos e éticos, na finalidade que imprimimos ao utilizá-los. Os fundamentos que permeiam o trabalho do assistente social durante a utilização de um instrumento, contudo, serão os mesmos independentemente de qual seja o instrumental escolhido, considerando o arcabouço teórico-metodológico e ético-político construídos pela história do Serviço Social e cultura profissional.

Diante disso, um dos documentos que norteiam a utilização do instrumental nos variáveis espaços sócio-ocupacionais são os “Parâmetros para a Atuação do Assistente Social” (2010, 2011, 2014), formulados pelo CFESS para orientarem o trabalho do assistente social em determinada área ou política. Os “Parâmetros para Atuação do Assistente Social” vão nortear como o assistente social precisa exercer o trabalho no seu cotidiano e com uma visão da prática profissional voltada a uma análise crítica da realidade, buscando assim um melhor desempenho no trabalho profissional ao atender as demandas da Questão Social, com embasamento teórico-metodológicas.

Ao comparar os referidos parâmetros referentes à área da saúde, educação, assistência social e sociojurídica, verifica-se que, independentemente do espaço em que se atua, a dimensão interventiva e investigativa estão presentes nas entrelinhas dos parâmetros, pois é condição central para a relação entre a teoria e a prática na lide com as expressões da questão social. Em outras palavras, a investigação e a intervenção do assistente social nas expressões da questão social é o cerne de sua atuação, cujo objetivo é uma ordem socioeconômica estruturada sobre as ideias de igualitarismo através de um arcabouço teórico-metodológico e uma direção ético-política clara, que contribuem para a construção de objetivos e estratégias de ação a partir de informações e análises consistentes de intervenção e investigação. Como ressalta os Parâmetros de Atuação na Política de Assistência Social (CFESS, 2010, p. 34-35):

O reconhecimento da questão social como objeto de intervenção profissional (conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, 1996), demanda uma atuação profissional em uma perspectiva totalizante, baseada na identificação das determinações sociais, econômicas e culturais das desigualdades sociais.

Os Parâmetros para Atuação do Assistente Social na área da saúde, por sua vez, também salientam que a investigação numa perspectiva de totalidade é um dos pressupostos para garantir o direito dos usuários quando afirma que a “investigação enquanto um componente fundamental do exercício profissional permite o desvendamento da realidade para propor alternativas de ação compatíveis com as necessidades e interesses dos usuários” (CFESS, 2010, p. 61). Em outras palavras, defende-se e orienta-se por meio desses documentos que o assistente social realize “uma intervenção profissional crítica, autônoma, ética e politicamente comprometida com a classe trabalhadora e com as organizações populares de defesa de direitos” (CFESS, 2011, p. 04).

Seguindo essa lógica, os Parâmetros para Atuação do assistente social no Sociojurídico informam que “tais instituições possuem inúmeras distinções, mas também têm fios condutores interconectados” (CFESS, 2014, p. 91). independente de qual seja o espaço sócio ocupacional que o assistente social está inserido, os fundamentos e o propósito estão interligados.

No documento as competências e atribuições dos assistentes sociais, com base na lei de Regulamentação da Profissão, exigem dos profissionais algumas competências gerais, essenciais para a compreensão do enquadramento social e histórico da sua intervenção, os Parâmetros para Atuação do Assistente social na área da educação também ressalta a essencialidade de apreensão das particularidades relacionadas à realidade da classe trabalhadora, quando afirma que é preciso uma análise crítica dos fenômenos que a circundam:

Apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade;
Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais;
Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, no cenário internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
Identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (ABEPSS, 1996, *apud*, CFESS, 2011, p. 26).

Os assistentes sociais têm na questão social seu objeto de análise e trabalho. Essas manifestações da questão social se mostram aparentes quando o assistente social, embasado dos fundamentos, consegue através da investigação e intervenção exercer o papel de desvelar a realidade do usuário. Conforme as diretrizes constituídas pela ABEPSS (1996), consta a intervenção e investigação como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade. Nesse sentido, como informa Battini (1994), é preciso compreender que é essa dimensão investigativa e analítica que cria as condições para a objetivação da prática profissional consistente e crítica. Dessa forma, a autora salienta que é pela investigação que o profissional reconstrói as categorias teórico-metodológicas fundamentadoras do agir profissional pela mediação, o que será possível somente quando se superar a cisão que pode vir a existir entre a teoria e a prática do Serviço Social. Assim sendo, os “Parâmetros para a Atuação do Assistente Social” vão demonstrar que são essas dimensões que permitem ao profissional realizar a análise crítica da realidade, para, a partir daí, estruturar seu trabalho e estabelecer as competências e atribuições específicas necessárias ao enfrentamento das situações e demandas sociais que se apresentam em seu cotidiano em determinada área de atuação.

Neste trabalho, em específico, nos interessa destacar um instrumental que por si só serve de referência para a intervenção e investigação do assistente social: a visita domiciliar. Trata-se de um dos instrumentais que são inerentes ao Serviço Social desde sua gênese, mas que ao longo de toda a trajetória da profissão foi se qualificando de acordo com os fundamentos que o amparam em cada momento da história da profissão. Vale ressaltar que o instrumento de trabalho não é em si um fundamento, se articula a ele e que, juntamente a uma técnica, possibilita ao assistente social intervir na realidade da classe trabalhadora.

No caso específico da visita domiciliar, para Amaro (2003, p. 13), trata-se de “uma prática profissional, investigativa ou de atendimento, realizada por um ou mais profissionais, junto ao indivíduo em seu próprio meio social ou familiar.” A visita domiciliar é uma ferramenta importante para a compreensão da realidade social do indivíduo, possui relevância significativa na vida dos usuários pois presente no âmbito

da atuação do Assistente Social, onde a investigação e intervenção são pautadas por princípios ético-políticos.

A visita domiciliar é o deslocamento do(a) assistente social até a residência do usuário para realizar uma análise mais aprofundada de sua realidade, tendo como embasamento os princípios teórico-metodológicos e ético-políticos. A visita domiciliar não possui um caráter formal, fazendo com que o usuário dialogue com mais facilidade sobre suas angústias, problemas, dificuldades, para que o assistente social possa intervir com eficiência.

A visita domiciliar se constitui em um instrumento, que por si só não se caracteriza em uma técnica. Para a utilização dessa ferramenta se faz necessário o emprego de duas técnicas fundamentais, que são a entrevista e a observação. A entrevista poderá ocorrer com perguntas abertas ou semiestruturadas, mas direcionada à situação social que indicou a necessidade da visita domiciliar. Conjugada à entrevista deve ser utilizada a técnica da observação, que visa apreender o que está à volta, ao que não é falado, as relações entre os sujeitos envolvidos (PERIN, 2008, p. 6).

Além disso a visita domiciliar pode ser entendida como um procedimento de estratégia do profissional que possibilita a realização da abordagem qualitativa. Como técnica, por ter como princípio o diálogo e a interação do usuário com o assistente social e, por fim, como um instrumental por utilizar-se do uso de registros e planejamentos como base de orientação para o estudo social e a viabilização de direitos. Para que esse instrumental técnico seja efetivo, o(a) assistente social e o usuário necessitam ter um diálogo que permita analisar se a demanda procede ou não de acordo com a demanda.

Estudos mostram que as visitas domiciliares são efetivas para fortalecer os vínculos do usuário com o profissional. Além disso, o fato de o assistente social estar na residência da família de maneira frequente, compartilhando momentos em diferentes etapas da vida e do cotidiano da família, auxilia o profissional de Serviço Social na identificação e na compreensão das dificuldades enfrentadas por elas (EDUCA+BRASIL, 2020). Em suma, para Freitas e Freitas (2003) a visita domiciliar contribui para a coleta de dados, além de possibilitar ao assistente social conhecer as condições em que os usuários vivem, pois, os envolvidos estão em seu território, o que permite captar elementos que revelam o *modus* vivenciado, e que ainda expressa

a valorização do local do núcleo físico do grupo. Esse instrumental permite uma observação dinâmica do indivíduo na relação com seu meio social: padrões culturais (usos e costumes) e atendimento da necessidade básica de abrigo e segurança, como também observar aspectos que na maioria das vezes não são obtidos pela entrevista na unidade Freitas e Freitas (2003). Dessa forma, possibilita aos(as) assistentes sociais melhores condições para orientar, acompanhar e realizar o estudo social dos usuários e de seus direitos, fazendo-o pensar estrategicamente em suas intervenções.

As visitas domiciliares devem ser guiadas sempre por princípios éticos que constam no Código de Ética do Assistente Social, através da compreensão, sigilo e respeito, pela ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos sociais e políticos das classes trabalhadoras (CFESS, 1993). Pelo apresentado, essa relação entre o usuário e o profissional é pautada pela ética.

A ética é resultado da passagem da posição que meramente restringe-se às experiências vividas na esfera moral para uma postura reflexiva diante das mesmas, ou, se melhor considerarmos, uma relação entre a moral efetiva, vivida e as noções e elaborações teóricas filosóficas daí originárias (FORTI, 2005, p. 6).

Assim, a ética percorre por todo o instrumental técnico-operativo, acarretando reflexões diante dos tipos de experiências que fazem parte das vivências dos usuários, os quais refletem no seu comportamento perante a sociedade, e essa estabelece normas e regras de boa convivência. Com um olhar atento o assistente social busca atingir a meta da visita, empregando os instrumentais, a observação e a entrevista. Amaro (2007, p.17) ressalta que o “fato de acontecer no ambiente doméstico, no cenário do mundo vivido do sujeito, depõe regras de convivialidade e relacionamento profissional mais flexibilizadas e descontraídas do que as práticas do cenário institucional.”.

Os(a) assistentes sociais utilizam instrumentais técnicos, pois precisa ter uma ferramenta e uma técnica que norteiem e materializem sua prática profissional para realizar sua intervenção, pois é por meio destes instrumentais, desde que subsidiados por um referencial teórico crítico, que fatos são evidenciados na visita domiciliar para,

assim, contribuir para a estratégia de intervenção adequada, cada usuário tem a sua particularidade.

Os instrumentos e técnicas do Serviço Social podem ser classificados de caráter quantitativos ou qualitativos e são, por assim dizer, nossas ferramentas de trabalho, as quais também não podem sofrer isolamento, desta maneira as autoras recomendam que instrumento e técnica devam estar [...] organicamente articulados em uma unidade dialética (entrevista, relatório, visita, reunião, observação participante etc.) (MARTINELLI; KOUMROUYAN, 1994, p.137).

A opção pela visita domiciliar tem as suas vantagens e desvantagens que devem ser consideradas. Essa opção metodológica precisa que o assistente social, tenha predisposição e interesse, que escolha adotá-la como técnica.

Como outras técnicas e abordagens, a visita em sua natureza requer predisposição e interesse. Salvo o caso de atividades profissionais em que a visita é basilar e obrigatória, é importante que o profissional que a desempenha efetivamente a adote como técnica, por opção (AMARO, 2007, p.16).

Segundo Amaro (2007), existe quem acredita que a realidade é construída com a soma de vários fragmentos existentes. Nesta pesquisa, acredita-se que não seja na soma das partes, mas sim na relação estabelecida entre as partes que a realidade existe e revela seu sentido complexo. A visita domiciliar vai evidenciar esses fragmentos cujas conexões são responsáveis pela realidade do usuário, pois entende-se que a “realidade é concreta exatamente por isso, por ser a síntese de muitas determinações”, a “unidade do diverso” que é própria de toda totalidade.” (NETTO, 2011, p. 44).

Os(a) assistentes sociais têm consciência que o primeiro contato com o usuário vem com interpretações equivocadas, isso faz com que se desperte um olhar com curiosidade, investigativo. Diante disso, a visita domiciliar é realizada várias vezes, para que se tenha um ponto de vista sem preconceitos e consiga desenvolver estratégias para intervir junto a demanda do usuário. Amaro (2007, p. 21) salienta que “a realidade é bem maior do que o nosso olhar ou percepção pode captar. Essa é uma verdade inalienável e que explica, em partes, por que é tão fácil distorcermos os fatos e construímos interpretações equivocadas.”

Cumprir mencionar que devido ao usuário estar pronto para receber tal visita pode ocultar alguns fragmentos que ajudariam no desvelamento da realidade. Quando é informado para o usuário acerca da visita, o mesmo se arruma para receber a visita do profissional e, conseqüentemente, mesmo com a utilização de alguns fundamentos teórico-metodológicos não será possível desvelar os aspectos do cotidiano. Com isso Amaro (2007) alerta ao profissional de Serviço Social que esteja concentrado no que não está visível e no que não foi dito.

Há que considerar, contudo, que o contexto dos espaços sócio-ocupacionais em que o assistente social se insere interfere na prática profissional condicionando-a. Portanto, quando nos referimos à leitura e apreensão da realidade, incluímos o reconhecimento do próprio espaço institucional, de suas normas e regras, de sua cultura, dos recursos, das formas de gerenciamento. Isso significa que o produto do trabalho do assistente social dependerá de sua competência teórica, metodológica e ética, mas também das condições concretas disponibilizadas pelas instituições empregadoras, responsáveis pela organização das condições de trabalho.

A visita domiciliar é um instrumental que desvela a realidade do usuário, mas por vezes, a ela compete algumas correlações com outros instrumentais, como o Estudo Social que é um instrumental que possibilita, junto com os fundamentos éticos-políticos e teórico-metodológicos, desvelar a realidade do visitado (FÁVERO, 2004). O Estudo social prévio, no caso do CREAS, é utilizado para saber se a situação em questão é motivo de uma intervenção por via da visita domiciliar. Logo após a realização do Estudo Social, junto com a visita domiciliar se tem a entrevista, que consiste em dialogar com o usuário a ponto de estabelecer uma relação de confiança, pois, na maioria das vezes, os usuários visitados estão fragilizados. Ainda durante a visita domiciliar se tem o instrumental de observação que tem como objetivo, através do olhar, identificar o que não foi dito pelo usuário durante a visita. Para Silva (2013), o ato de observar é fundamental para desenvolver as capacidades humanas, e na essência é o mecanismo que possibilita um ciclo de identificar, conhecer, reconhecer e proporcionar a síntese frequente sobre o conhecimento dos fenômenos que nos cerca.

Portanto Silva (2013), diz que em termos de senso comum o cotidiano é perfeitamente percebido, decodificado e se constituem em referências do estar, do ser

em relação a si mesmo e frente aos outros. Portanto, é fundamental para continuar a existir apuradas observações que permitem existir e transitar entre lugares comuns e complexidades, entre diferenças que compõem a natureza que a todos contêm.

Nesta direção, é fundamental diferenciar a observação casual da científica, porque aquela independe de procedimentos a serem validados e que se constituam em dados confiáveis para efeito de conhecer os fatos em sua dimensão de complexidade (VIANNA, 2003 *apud* SILVA, 2013, p. 415). Pois é diferente a ótica daquele que somente se propõe a olhar, daquele que intenta conhecer as nuances da realidade. Portanto, Silva (2013) salienta que isso que dizer, enquanto instrumental previsto na investigação, há de se propor regras (critérios) para não ocorrer polarizações (difíceis de ser superadas, porque ocasionam a perda da objetividade) ou “conduções” (manipulações) em relação aos resultados.

Depois de realizado a visita domiciliar junto com a observação e a entrevista, procede-se com a construção do Relatório Social que relata tudo o que foi ocorrido durante a entrevista e dentro do relatório consta um parecer social que basicamente é resultado das observações, questionamentos do assistente social diante da realidade do usuário visitado. Toda essa correlação tem como marca as Leis de Regulamentação da profissão, Código de Ética, como salientado nos Parâmetros para a Atuação na área da Política Social:

Balizados pelos seus Códigos de Ética, Leis de Regulamentação e Diretrizes Curriculares de formação profissional, os/as profissionais podem instituir parâmetros de intervenção que se pautem [...] na realização de estudos socioeconômicos, visitas domiciliares, abordagens individuais, grupais e coletivas (CFESS, 2011, p. 26-27).

A visita domiciliar tem um importante papel no desenvolvimento das estratégias que serão adotadas para cada usuário, pois é um instrumental que possibilitará ao assistente social, junto com o Código de Ética, conseguir desenvolver concreticidade nos relatórios sociais, após a entrevista. Ancorados pelo Projeto Ético-político vai nortear acerca do que deve ser acompanhado, estudo social, parecer social. Ou seja, a visita domiciliar tem o papel de criar estratégia para aproximação dos serviços com a família atendida. Um dos espaços sócio-ocupacionais em que se insere o assistente

social e que daremos ênfase é o CREAS, pois é nele que podemos clarear e exemplificar as atividades e competências referentes ao mesmo.

3.2 Reflexões sobre a visita domiciliar na intervenção do Serviço Social do CREAS

O Centro Especializado de Assistência Social – CREAS configura-se como uma unidade pública e estatal, que oferta serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade a indivíduo e famílias em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física/psicológica/sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.) (SEDHS, 2021).

A Proteção Social Especial de Média Complexidade tem o intuito de atender os usuários e famílias que tiveram seus direitos violados, porém que ainda estão com vínculo familiar preservado. Já a Proteção Social Especial de Alta Complexidade busca proteger integralmente através de serviços direcionados ao acolhimento institucional, em suas diversas modalidades. Ou seja, busca preservar o usuário que se encontra em situação de ameaça no núcleo comunitário ou familiar.

Os serviços ofertados pelo CREAS têm por objetivo:

Apoiar o exercício do protagonismo e da participação social; Contribuir para a superação de situações vivenciadas e a reconstrução de relacionamentos familiares e comunitários, dentro do contexto social, ou na construção de novas referências; Facilitar o acesso das famílias e indivíduos a direitos socioassistenciais e à rede de proteção social; Interromper padrões de relacionamentos familiares e comunitários com violência de direitos; Prevenir os agravamentos e a institucionalização; Propiciar uma acolhida e escuta qualificada; Promover o fortalecimento da função protetiva da família (MEDEIROS, 2020).

Os profissionais que estão inseridos nesse espaço sócio-ocupacional têm por funções realizar estudo social, desenvolver diagnósticos socioeconômicos, orientação sociofamiliar, jurídico-social e encaminhamento para a rede de serviços locais, acompanhamento psicossocial, efetivar construção do plano individual e/ou familiar de atendimento e identificação da família extensa ou ampliada, entre outros.

No início das atividades de estágio em campo no CREAS – Leste, foi informado algumas especificidades do agir do Serviço Social na instituição, sobre como aprofundar a investigação acerca da denúncia recebida, criar estratégias que possam

melhor ampliar o acesso os usuários aos direitos, visita domiciliar e relatório social. No decorrer do processo de estágio supervisionado no referido campos de estágio foram observadas do estagiário algumas práticas, entre elas a realização da visita domiciliar, e que chamou a atenção pela forma que comumente era conduzida. Se levamos em conta o que consta no Código de Ética, um dos deveres do assistente social é “empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos/as usuários/as, através dos programas e políticas sociais;” (CFESS, 1993, p. 31). Em vista disso, é previsto que o profissional de Serviço Social exerça o papel de ampliar os direitos aos usuários. A visita domiciliar não é utilizada apenas para intervir em alguma expressão da questão social, mas também pode ser uma possibilidade de orientar e informar os usuários acerca de seus direitos, visto que, conforme nos traz Amaro (2007, p. 48), “há situações que se revelam na visita e exigem uma ação propositiva e afirmativa do profissional, que em certos casos podem salvar vidas.”

E durante as visitas domiciliares realizadas, verificou-se a utilização de um roteiro único, pronto, formulado pelo Serviço Social, contendo perguntas centrais que não poderiam ser negligenciadas pelo profissional e relacionadas, por exemplo, à “casa, renda, plano de saúde e identidade dos usuários.” (DIÁRIO DE CAMPO, 03 nov. 2020). Sabe-se que é importante um roteiro semi-estruturado para a realização de visitas para que o profissional não se perca, pois, segundo Amaro (2007, p. 38), “ao passo que a visita vai se desenrolando, seu conteúdo vai ganhando detalhamento e profundidade. Exatamente por isso, a visita, gradualmente, passa a exigir maior habilidade e atenção do profissional que a realiza. Afinal, tudo na visita fala”. Contudo, entende-se que a visita não pode se resumir a “perguntas centrais” exclusivamente, mas sim articular-se a um olhar complexo, que transcende a realidade que está dada a ver, buscando, quem sabe, também, o mediato e não somente o imediato (demanda institucional), sob o risco de recair num atendimento mecânico baseado em um formulário padrão. Desse modo, podem os instrumentais que se utiliza durante a visita, a observação e a entrevista, serem mobilizados de forma igualmente mecânica, pois o que será observado e entrevistado já está previamente estipulado desconsiderando, por vezes, a particularidade e as necessidades sociais de cada usuário.

Para Amaro (2007, p. 36) “o olhar simplificado é um olhar redutor, marcado pela visão atomizada e atomizadora; caracteriza-se por praticar um isolamento mutilante dos fatores que compõem o fenômeno. Retalha a compreensão de sua totalidade e acaba por restringir o alcance das observações construídas a partir da visita.”

Tais reflexões são resultados de uma observação pela qual se verificou que o referido roteiro é, na maior parte das vezes, o único e todo o suporte de condução da visita domiciliar, o que pode repercutir no perfil de relatório que se constrói a partir disso, como registrado em determinado momento no Diário de Campo quando se disse que:

Nesse dia foi criado o relatório, que é feito após as visitas é muito monótono, o que muda na maioria das vezes é as informações acerca da renda, residência (cômodos, se é alugada ou própria, se atende aos confortos da família ou usuário), plano de saúde e nome dos usuários que moram na casa. que moram na casa. A criação dos relatórios é uma retrospectiva do que foi se passado na visita (CAMPO DE ESTAGIO, 10 nov. 2020).

Contrapõe-se a isso a ideia de planejamento defendida por Amaro (2007, p. 50-51) para se realizar a visita quando afirma que:

Deve haver racionalidade e planejamento à organização de uma visita. Não esqueça que, antes de tudo, a visita domiciliar serve ao alcance de um objetivo. Desde o momento em que se projeta a visita até sua efetivação, estamos planejando uma melhor aproximação da realidade do sujeito ou grupo que se pretende observar ou atender. Ir à visita com uma ideia ou roteiro preliminar das informações que você pretende obter é indispensável. O roteiro sobre o que perguntar ou investigar deve ser feito e colocado em prática.

Nessa passagem, a autora ressalta que o roteiro precisa ser planejado e, para tanto, é preciso uma racionalidade para se utilizar antes e durante a visita, ou seja, a autora reforça que o roteiro utilizado em cada visita deverá ser pensado estrategicamente para aquela visita. E considerar, ainda, que durante a visita outras demandas podem aparecer, afinal a realidade visitada, não se pode economizar em indagações se o objetivo é compreender aquela realidade e isso só é possível quando o profissional é orientado por um pensamento complexo, que é a atitude ética esperada na visita, como defende Amaro (2007, p. 46).

O pensamento e olhar complexos não combinam com ideias, racionalidades, relações e conceitos simplificados e simplificadores.
No horizonte do pensamento está o conhecimento da realidade total, seja ela captada ou não pelo profissional na visita.
O profissional que conduz a visita apoiado nesse pensamento não economizará indagações sobre a realidade observada para melhor e mais coerentemente compreendê-la.

E mais, a memória da visita por meio de um relatório é recomendável, mas fundamental também é que o estudo descrito seja acompanhado de uma avaliação, diagnóstico e formas de abordagens, o que significa romper com a visão empirista.

A visão empirista a que nos referimos é aquela em que (2007, p. 38) “a visita domiciliar termina no momento em que a coisa procurada aparece” (AMARO, 2007, p. 38), isto é, quando se obteve as respostas do que está no formulário. Entende-se que ao agir assim o profissional de Serviço Social, que deve ter como princípio legitimar as demandas de interesse da população usuária, se torna um profissional tecnicista, operador de políticas sociais. A existência de um formulário não pode, nesse sentido, engessar a postura e atuação profissional, não pode desconsiderar os embasamentos teórico-metodológicos e ético-políticos de desvelar criticamente a realidade do usuário e posicionar-se em favor dos direitos da classe trabalhadora.

Como dito, a visita domiciliar não é um instrumental independente. Dela desdobra-se o estudo social, o relatório social. Este, por sua vez, para que consiga efetivar o seu real objetivo, precisa que o instrumental que o antecede, a visita domiciliar, seja efetivado com competência, com a complexidade necessária, de forma que viabilize direitos. Em outra passagem do Diário de Campo, sobre este ponto, novamente registrou-se o perfil caráter único (e porque não excludente) de construção do relatório quando se informou que “foi realizado a criação do relatório que basicamente relatava as informações básicas que eu informei (casa, renda, plano de saúde e identidade dos usuários que moram na casa)” (DIÁRIO DE CAMPO, 11 out. 2020).

Outro fator observado durante a escrita do Relatório Social foi a ausência neste de um parecer social. “Questionei com a minha supervisora que os relatórios não estavam fazendo o papel deles, pois a observação/análise do assistente social ficava sem o parecer social. Esse questionamento foi falado para a diretora do CREAS que concordou e falou que precisa ser pensado.”, relatou-se no Diário de Campo (26 out.

2020). Ou seja, acaba se deixando o componente que demonstra as considerações e observações que foram obtidas durante a visita domiciliar. Segundo Magalhães (2006, p. 61):

O conteúdo de um relatório deve extrapolar a burocracia. Não basta informar ou encaminhar, mas explicitar – ainda que de modo breve – as razões pelas quais foram avaliados como viáveis, profissionalmente, a informação ou encaminhamento. Caso contrário, não será relatório, mas apenas “informe”.

Presume-se que isso acabe tornando o relatório incompleto, já que o parecer social é a análise do assistente social e que deve estar embasada no Código de Ética do/a Assistente Social, na Lei 8.662/93 (CFESS, 1993), nos Parâmetros para Atuação do/a Assistente Social (CFESS, 2010).

Portanto, acredita-se que a possível falta de informação pertinente, bem explicitadas, ainda que breves, no Relatório Social e a ausência do parecer social resulte na alteração do diagnóstico esperado após as visitas, limitando ou, na maioria das vezes, nem alcançando o que se entende por estudo social, e, assim, impedindo que a intervenção também alcance seus reais objetivos que é o acesso dos usuários aos seus direitos.

Cabe mencionar que os profissionais do CREAS precisam entregar uma certa quantidade de demandas respondidas, ou seja, atender o Sistema de Registro Mensal de Atendimentos – RMA.

O Registro Mensal de Atendimentos (RMA) é um sistema que registra mensalmente as informações relativas ao volume de atendimentos ofertados às famílias atendidas nos CRAS, CREAS e também nos Centros POP. O RMA tem como objetivo principal uniformizar as informações registradas, de modo a apresentar dados qualificados que contribuam com o desenvolvimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (MEDEIROS, 2020).

O RMA tem como objetivo retratar uma síntese do que foi desenvolvido pela equipe técnica do CREAS, e constitui-se na descrição de como se deu o decorrer de cada mês, o que será encaminhado para a Gestão Municipal no mês subsequente, em especial para a área de Vigilância Socioassistencial.

A média de visitas realizadas no CREAS para o mesmo dia eram três ou mais, o que podemos considerar, pelo valor desse instrumental, um curto período. O tempo

de visita não deve ser uma visitinha rápida e que isso – o tempo destinado a visita – pode comprometer o resultado, como ressalta Amaro (2007, p. 57) “é preciso que se estude detalhadamente a dialética dos fenômenos. Isso implica tempo. Não tenha a pretensão, portanto, de realizar aquela visitinha rápida, de meia hora ou até menos!”.

Soma-se a isso o fato de que, muitas vezes, o carro utilizado e aguardado para efetuar as visitas do CREAS em dias marcados não comparecia, como relatado no diário de campo: “O carro utilizado para a efetivação das visitas domiciliares não foi nesse dia, então como eu havia questionado sobre o relatório, ficamos discutindo e criando um relatório novo (DIÁRIO DE CAMPO, 24 nov. 2020). Como defende Amaro (2007, p. 57):

Difícilmente, num tempo tão resumido, você terá chances de perceber algo mais que a cor do móvel em que está sentado.
Assim como o olhar complexo não é instantâneo, a realidade não revela sua complexidade de imediato.

Há que considerar, portanto, também as dificuldades enfrentadas pelo Serviço Social que são as mais diversas, decorrentes da falta de condições materiais para seu exercício profissional como, por exemplo, a falta de automóveis para realizar as visitas domiciliares em locais mais distantes ou de maior risco, ou para qualquer outro trabalho que necessite de deslocamento. O Serviço Social, ao longo da semana, recebe denúncias que precisam de visitas domiciliares, mas que só podem ser executadas quando há algum carro disponível. Caso contrário, o profissional precisa esperar e ir executando outras demandas, o que acumula as respostas de demandas que não podem prescindir de visitas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É nítido que o Serviço Social teve uma trajetória importante de reatualização do seu arcabouço teórico-metodológico e ético-político, que influenciou sua intervenção no espaço sócio-ocupacional. É sabido que nessa esteira a intencionalidade do assistente social durante a intervenção foi alterada, já que antes se tinha como pressuposto exercer a caridade, a boa ação para resolver um problema imediato, mas que, após o Movimento de Reconceituação os assistentes sociais passaram a embasar-se no estudo aprofundado, crítico, da realidade da classe trabalhadora. O Movimento de Reconceituação:

[...] vem reformular a prática dos assistentes sociais, propondo uma prática sistemática e científica, tornando-se o ponto de partida para um Serviço Social crítico, a qual tem grande influência no exercício profissional na contemporaneidade. (CARVALHO; BORGES; FONCESCA, 2015, p. 07).

O Serviço Social surge como profissão na sociedade capitalista, que produz a questão social, inserida em um contexto que o Estado exerce sua forma de intervenção através dos assistentes sociais. Na atual conjuntura, de agudização da questão social, os contextos nos quais se insere o assistente social os leva a “enfrentar dúvidas e desafios que surgem a partir do solo histórico no qual o projeto profissional se inscreve e que o desafia a todo o momento” (CRESS, 2013, p. 10).

O assistente social possui um exercício profissional em diversos espaços sócio-ocupacionais que impõe desafios e dificuldades para a viabilização de direitos a classe trabalhadora. No CREAS, espaço onde ocorreu o Estágio Supervisionado, observou-se a utilização de uma espécie de roteiro de perguntas pré-estabelecidas para a realização das visitas domiciliares e, não só, que na maioria das vezes o profissional centrava-se exclusivamente em obter respostas o mesmo. A partir disso, buscou-se apreender mais sobre a visita domiciliar como instrumental técnico-operativo fundamental ao trabalho do(a) assistente social na efetivação dos direitos, o que motivou o desenvolvimento da pesquisa.

Dessa maneira, entendeu-se que a visita domiciliar é um importante instrumental na viabilização de direitos. Contudo, devido a vários fatores, pode tornar-se mecânica, comprometendo sua real função, de ser um instrumental técnico-

operativo para o estudo social e viabilização de direitos, o que se torna possível mediante um conhecimento aprofundado da realidade particular de cada indivíduo, um olhar complexo, que deve acompanhar toda a duração da visita. Entende-se que a operacionalização mecânica desse instrumento possa resultar na alteração do diagnóstico esperado após as visitas, limitando o estudo social, e assim impedindo que a intervenção alcance seus reais objetivos que é o acesso dos usuários aos seus direitos.

A utilização tecnicista da visita domiciliar e dos instrumentos que a complementa como o estudo social, a observação, a entrevista, o relatório social e o parecer tornam-se padronizados, não correspondendo, portanto, ao que se prevê nas normativas e parâmetros que orientam e são norte ao exercício profissional e fragilizando o Projeto Ético-Político na medida em que a direção de um projeto em defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Os instrumentos são a forma de se mostrar da profissão, mas que eles devem ser amparados pelos fundamentos e que, assim sendo, contribuem como a identidade e cultura profissional, bem como com a legitimação do Projeto Ético Político e de uma sociedade de direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Seção São Paulo: Assembleia Geral da Associação de Assistentes Sociais, 1947. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1947.pdf. Acesso em: 14 out. 2021.

ABEPSS. **Quem Somos**. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2021. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/quem-somos-1>. Acesso em: 24 nov. 2021.

Araujo, Jackeline S. **O Código de Ética do/a Assistente Social e o Projeto Ético Político: uma trajetória Histórica de mudanças**. Florianópolis: Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181339/Eixo_2_97_3%20correto.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 24 nov. 2021.

AMARO, Sarita. **Visita Domiciliar: guia para abordagem complexa**. Porto Alegre: ed. AGE, 2007. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/cilmaracristinadossantos/visita-domiciliar-guiaparaumaabordagemcomplexasaritaamaro2edio>. Acesso em: 20 nov. 2021.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2003. Disponível em: http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/silvana.marinho/disciplina-referencias-socio-historicas-do-servico-social/2-2-desenvolvimento-de-comunidade-como-estrategia-de-insercao-do-servico-social-no-projeto-desenvolvimentista/texto-10-ammann-safira-b-concebe-se-o-desenvolvimento-de-comunidade-com-base-em-supostos-acriticos-e-aclassistas-1950-59-in-ideologia-do-desenvolvimento-de-comunidade-no-brasil/at_download/file. Acesso em: 15 out. 2021.

AMARAL, PIRES. **Serviço social e política social no Brasil: uma relação necessária**. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3215/321559289004/html>. Acesso em: 25 set. 2021.

BARROCO, Maria Lucia; TERRA, Sylvia Helena. **O código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BARROCO, maria Lúcia S. **Ética: fundamentos sócio-historicos** / Maria Lúcia S. Barroco, 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca básica de serviço social; v. 4)

BATTINI, Odária. **A dimensão técnico-operativa no exercício profissional do assistente social**. Texto elaborado para o Curso de Atualização sobre a Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social, realizado na PUCPR em junho de 2001.

BEZERRA; COSTA; GONDIM. **Positivismo, Fenomenologia e Serviço Social: crítica às expressões contemporaneas do conservadorismo**. Espírito Santo: UFES, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/gcserra/Downloads/ekeys,+POSITIVISMO,+FENOMENOLOGIA+E+SERVI%C3%87O+SOCIAL+CR%C3%8DTICA+%C3%80S+EXPRESS%C3%95ES+CONTEMPOR%C3%82NEAS+DO+CONSERVADORISMO%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/gcserra/Downloads/ekeys,+POSITIVISMO,+FENOMENOLOGIA+E+SERVI%C3%87O+SOCIAL+CR%C3%8DTICA+%C3%80S+EXPRESS%C3%95ES+CONTEMPOR%C3%82NEAS+DO+CONSERVADORISMO%20(1).pdf). Acesso em: 25 nov. 2021.

BORGES, B.; CARVALHO, K.; FONSECA, C. **O movimento de reconceituação do Serviço Social e seu reflexo no exercício profissional na contemporaneidade**. Florianópolis: Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, 2015. Disponível em: https://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_2_139.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

CAPALBO, C. Fenomenologia e Ciências Humanas. São Paulo: Âmbito Cultural, 1987.

CFAS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Assistentes Sociais, 1975. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1975.pdf. Acesso em: 25 out. 2021.

CRESS. **Projeto ético-político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais /Conselho Regional de Serviço Social (Org.)**. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

CFAS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Assistentes Sociais, 1986. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf. Acesso em: 25 out. 2021.

CFAS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. IV art. 9º do Regulamento. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Serviço Social, 1965. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1965.pdf. Acesso em: 15 out. 2021.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Resolução CFESS 8662/93. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 25 out. 2021.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf. Acesso em: 03 nov. 2021.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf. Acesso em: 03 nov. 2021.

CFESS. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf. Acesso em: 03 nov. 2021.

CFESS. **Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico: subsídios para reflexão**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSsubsidiarios_sociojuridico2014.pdf. Acesso em: 03 nov. 2021.

CARVALHO, R; IAMAMOTO, M. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 38. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CNBB. **O que é Pastoral Social?** Cartilhas de pastoral social, nº1. São Paulo: Ed. Loyola, 2001.

COSTA, Dourival e LAVORATTI, Cleide. **Instrumentos Técnico-Operativos no Serviço Social:** um debate necessário. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. Disponível em: <https://www.gesuas.com.br/blog/a-instrumentalidade/>. Acesso em: 15 set. 2021.

DIÁRIO DE CAMPO. Serviço Social da PUC Goiás. Registro de experiência de estágio de Guilherme Cândido Serra no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Goiânia: Serviço Social PUC Goiás, 2020-2021

FREITAS, Douglas Phillips; FREITAS, Karinne Brum Martins. **Perícia Social:** o assistente social e os efeitos da perícia no judiciário. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2003.

FORTI, Valeria. **Ética, crime e loucura:** reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social.** In: *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/iamamoto-201804131241048556780.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 39. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

JESUS, Fabiola f. SALES, D. R. SANTANA, V. F. L. **Serviço social no Brasil:** a opção pelo Marxismo como corrente teórico-metodológica hegemônica da profissão. Rio de Janeiro: Revista Científica Multidisciplinar, Núcleo do Conhecimento. Ed. 05, Vol. 10, p. 46-62, 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/corrente-teorico-metodologica>. Acesso em: 18 out. 2021.

LAVORATTI, C.; DORIVAL, C. **Instrumentais Técnico-operativos no Serviço Social:** um debate necessário. Ponta Grossa: ed. estúdiotexto, 2016. Disponível em: <https://www2.uepg.br/proex/wp-content/uploads/sites/8/2018/10/LIVRO-INSTRUMENTAIS-TECNICO-OPERATIVOS-NO-SERVICO-SOCIAL.pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.

LEIVA, Julio César. **Questão Social na Contemporaneidade:** desigualdades sociais, pobreza e o Estado de Bem-Estar Social. Paraná: UFP, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/39284/R%20-%20E%20-%20JULIO%20CESAR%20LEIVA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 out. 2021.

LIMA, M. L. **O assistente social e a condição de trabalhador assalariado no setor público estatal**: traços do perfil do mercado de trabalho em Minas Gerais. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

MANDEL, Ernest. **Iniciação à Teoria Económica Marxista**. 4. ed. Lisboa: Edições Antídoto, 1978.

MAGALHÃES, Selma Marques. **Avaliação e linguagem**: relatórios, laudos e pareceres. São Paulo: Veras Editora, 2011.

MARTINELLI, M. L.; KOUMROUYAN, E. **Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, ago.1994.

MEDEIROS, Juliana. **A instrumentalidade na Prática do Assistente Social**. GESUAS, Minas Gerais: GESUAS, 2017. Disponível em: <https://www.gesuas.com.br/blog/a-instrumentalidade/>. Acesso em: 18 out. 2021.

MORANI, Carla N. S. **A Supervisão de estágio e o processo de trabalho do assistente social**. Rio de Janeiro: Maxwell, 2010. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/37141/37141_1.PDF. Acesso em: 18 out. 2021.

MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M. R. **Política social e serviço social**: os desafios da intervenção profissional. Katálysis, Florianópolis, v.16, 2013.

NETTO, J.P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2006a. Disponível em: <file:///C:/Users/gcserra/Downloads/NETTO,%20Jos%C3%A9%20Paulo.%20Capitalismo%20Monopolista%20e%20Servi%C3%A7o%20Social.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

NETTO. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/gcserra/Downloads/Jos%C3%A9%20Paulo%20Netto%20-%20Ditadura%20e%20servi%C3%A7o%20social%20-%20Uma%20an%C3%A1lise%20do%20servi%C3%A7o%20social%20no%20Brasil%20pos-64.pdf>. Acesso em: 16 out. 2021.

NETTO, José P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, Jose Paulo. **Nota sobre o marxismo na América Latina**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/07/O-marxismo-na-America-Latina-JP-Netto.pdf>. Acesso em: 17 out. 2021.

NETTO, José Paulo. **Ensaio de um marxista sem repouso**. Seleção, organização

e apresentação Marcelo Braz. São Paulo: Cortez, 2017.

NETTO, José Paulo. **O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois.** In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 84. São Paulo: Cortez, 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/gcserra/Downloads/27091800.PDF>. Acesso em: 17 out. 2021.

NEVES, Silva Salazar. **Fundamentos Teórico-metodológicos do Serviço Social Brasileiro e a Unidade Teórica-Prática: a essência de Marx.** Espírito Santo: UFES, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/gcserra/Downloads/ekeys,+FUNDAMENTOS+TE%C3%93RICO-METODOL%C3%93GICOS+DO+SERVI%C3%87O+SOCIAL+BRASILEIRO+E+A+UNIDAD+E+TEORIA+PR%C3%81TICA+A+ESS%C3%8ANCIA+DE+MARX%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/gcserra/Downloads/ekeys,+FUNDAMENTOS+TE%C3%93RICO-METODOL%C3%93GICOS+DO+SERVI%C3%87O+SOCIAL+BRASILEIRO+E+A+UNIDAD+E+TEORIA+PR%C3%81TICA+A+ESS%C3%8ANCIA+DE+MARX%20(1).pdf). Acesso em: 17 out. 2021.

NEVES C. S. **Igreja Católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências.** Porto Alegre: nº 15, p. 326-351, jan./jun. 2006,. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/MZvwXR7sPmBmDbr3kqZ8BG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2021.

ORTIZ, F.S.G. **O Serviço Social e sua imagem: avanços e continuidades de um processo em construção.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

PIRES. Sandra Regina de Abreu. **O Instrumental Técnico na Trajetória Histórica do Serviço Social Pós-Movimento de Reconceituação.** São Paulo: Docente do Departamento de Serviço Social da UEL, 2007. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v9n2_sandra.htm. Acesso em: 14 set. 2021.

QUEROZ, Kamylla. **Os Desafios do Exercício Profissional do Assistente Social na Contemporaneidade e a Importância da Organização Coletiva.** Rio Grande do Norte, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2/os-desafios-do-exercicio-profissional-do-assistente-social-na-contemporaneidade-e-a-importancia-da-organizacao-coletiva.pdf>. Acesso em: 01 set. 2021.

RAICHELIS, R. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente as violações de seus direitos.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n107/03.pdf>. Acesso em: 01 set. 2021.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: frente às violações de seus direitos.** São Paulo: Serv. Soc. Soc, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/xJZpht8LVT96vSvn7cPNQMR/?lang=pt>. Acesso em: 17 out. 2021.

RAMOS, Sâmia R. **A importância da articulação entre ABEPSS conjunto CFESS/CRESS E ENESSO para a construção do projeto Ético-político do Serviço Social Brasileiro.** Brasília, DF: jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/ramos-samya-rodrigues-201608060412162753570.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.

SANTOS, Joseane. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social Brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2007. Disponível em: file:///C:/Users/gcserra/Downloads/diego_tabosa,+artigo+8++219-236.pdf. Acesso

em: 16 out. 2021.

SEDHS. **Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Goiânia: 2021. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/sedhs/diretoria-de-protecao-social-especial-2/media-complexidade/centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-creas/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

SILVA, Claudemir O. **Tradição Marxista e Serviço Social: interlocução e legado histórico**. Florianópolis: III Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/202651/Silva_Tradi%C3%A7%C3%A3o%20marxista%20e%20servi%C3%A7o%20social.pdf?sequence=1&isAlloved=y. Acesso em: 24 nov. 2021.

SILVA, M. A. **A técnica da observação nas ciências sociais**. v. 16, n. 2. Goiânia: Educativa, 2013.

SILVA, Taciane Rosa. **O processo de Renovação do Serviço Social Mediante a Autocracia Burguesa**. Santa Catarina: Acadêmica de Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas-UFAL, 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/129460132.pdf>. Acesso em: 17 out. 2021.

SIMIONATO, I. **As abordagens marxistas no estudo dos fundamentos no Serviço Social**. In: Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. Org. Yolanda Guerra... [et al]. Campinas, Papel Social, 2018, p. 85-114.

Soares, J. S. *et al.* **Fiscalização do exercício profissional e projeto ético-político**. São Paulo: Serv. Soc. Soc. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/nTsTg3NRm38xCWXW64jzd8P/?lang=pt#>. Acesso em: 14 nov. 2021.

SOARES, Lucia. **Sincretismo do Serviço Social e Intervenção de ruptura**. Espírito Santo: ENPESS, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/gcserra/Downloads/ekeys,+SINCRETISMO+DO+SERVI%C3%87O+SOCIAL+E+INTEN%C3%87%C3%83O+DE+RUPTURA%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/gcserra/Downloads/ekeys,+SINCRETISMO+DO+SERVI%C3%87O+SOCIAL+E+INTEN%C3%87%C3%83O+DE+RUPTURA%20(4).pdf). Acesso em: 24 nov. 2021.

YAZBEK, M. C. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social**. In: Serviço Social e Sociedade: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, M. C. **Projeto de revisão curricular da Faculdade de serviço Social da PUC/SP**. In: Serviço Social e Sociedade n. 14. São Paulo, Cortez, 1984. Disponível em: <http://cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>. Acesso em: 08 set. 2021.



**PUC
GOIÁS**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010
Goiânia | Goiás | Brasil
Fone: (62) 3946 3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946 3080
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

RESOLUÇÃO nº 038/2020 – CEPE

ANEXO I

APÊNDICE ao TCC

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante Guilherme Rôndido Serra
do Curso de Serviço Social, matrícula 2018.1.007.0063-2,
telefone: 62 98 329 8709 e-mail guilhermehondido123@gmail.com, na
qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos
Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a
disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado
Visita Domiciliar: instrumental técnico-operativa
para a intervenção do Serviço Social,
gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme
permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato
especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND);
Video (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou
impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de
graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 15 de dezembro de 2021.

Assinatura do(s) autor(es): Guilherme Rôndido Serra

Nome completo do autor: Guilherme Rôndido Serra

Assinatura do professor-orientador: Danielli Silva B. Reis

Nome completo do professor-orientador: Danielli da Silva Borges Reis